



CONTRATO Nº
..../2020

PAD nº 3113/2020

ANEXO III
MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO DE FORNECIMENTO E
GARANTIA que entre si fazem o
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO
PARANÁ e a empresa
.....

Pelo presente instrumento, regido pela Lei nº 8.666 de 21.06.93, regida pela Lei nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/06, Lei nº 11.488/2007, pelos Decretos nº 10.024/2019 e nº 8.538/2015, e em conformidade com o Termo de Abertura de Licitação nº 20/2020, Pregão Eletrônico nº. /2020, e a proposta vencedora, protocolada neste Tribunal sob o PAD principal nº. 3113/2020, regularmente autorizada pelo ordenador de despesas;

O **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**, inscrito no **CNPJ sob nº. 03.985.113/0001-81**, com sede na Rua João Parolin, nº. 224, Prado Velho, Curitiba/PR, CEP: 80.220-902, telefone: (41) 3330-8500, neste ato representado por sua Diretor-Geral, Dr. Valcir Mombach, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa:

....., inscrita no **CNPJ sob nº**, com sede em Cidade/UF, na rua, nº, complemento, bairro, CEP:, telefone: (xx), (xx), e-mail:, neste ato representada por, com CPF/MF nº., doravante denominada CONTRATADA; têm entre si justo e acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 - O presente documento tem por objeto a **Aquisição de Solução de Vídeo Wall**, conforme especificações descritas neste Contrato.

1.1.1 - A Solução de Vídeo Wall será composta de:

- a) Monitores de 55 polegadas;
- b) Suporte para as telas de Vídeo Wall;

- c) Gerenciador de imagens;
- d) Serviço de instalação, configuração e programação da solução, com repasse tecnológico e manutenção corretiva em garantia – 36 meses.

1.2 - Não serão aceitas soluções de gerenciamento baseadas em computadores montados, mas tão apenas soluções dedicadas (appliances) para tal funcionalidade.

1.3 - A Contratação obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às disposições do instrumento convocatório, Termo de Referência – anexo I, que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

2.1 - 4 (quatro) Monitores de 55 polegadas:

- a. A borda entre dois monitores adjacentes quaisquer, medidas de pixel a pixel, deve ser de no máximo 4mm, tanto na horizontal quanto na vertical
- b. Resolução nativa de, no mínimo, Full HD (1920x1080);
- c. Ângulo de visão horizontal e vertical de, no mínimo, 175°;
- d. Brilho de, no mínimo, 450 cd/m2;
- e. Tempo de resposta de, no máximo, 12ms;
- f. Compatível com padrão VESA;
- g. Os monitores deverão funcionar instalados na horizontal ou vertical;
- h. Sistema de retroiluminação composto por LEDs;
- i. Cada monitor deve ter consumo máximo de 300W;
- j. Cada monitor deve ter fonte de energia interna;
- k. Cada monitor deve possuir, no mínimo, as seguintes entradas:
 - i. 2 (duas) entradas de HDMI;
 - ii. 1 (uma) DVI-D ou DisplayPort;
- l. Possibilidade de funcionamento em regime de operação contínuo (24x7);
- m. Todos os equipamentos que exigirem tomada devem estar no padrão NBR 14136, sendo permitido adaptadores, e devem vir acompanhados de seus respectivos cabos;
- n. Conexão remota com o computador de controle através de porta padrão RJ45 ou serial tipo RS232;
- o. Deverá possuir aparelho de controle remoto infravermelho ou similar que permita a algum usuário que dele tenha posse ligar e desligar as imagens de todo o painel do vídeo wall.
- p. Todos os monitores componentes dos painéis de visualização deverão ser idênticos, com calibração de cor que permita o perfeito alinhamento de cores entre monitores e não devem apresentar logomarca visível nas bordas do painel.

2.2 - Suporte para as telas de Vídeo Wall:

- a. Estrutura para instalação adequada para módulos de vídeo individualmente, formando uma matriz de Vídeo Wall 2X2 com organização de cabos e fontes de fornecimento elétrico, bem como todo o acabamento estético para o painel de vídeo.
- b. O acesso para manutenção deverá ser frontal, sendo os módulos extraíveis individualmente da matriz sem a necessidade de intervenção nos módulos adjacentes.
- c. A estrutura deverá fornecer dispositivos de travamento, instalados em conformidade com a orientação do fabricante do monitor, formando um

- único painel (Vídeo Wall) milimetricamente ajustado, estabilizado e perfeitamente alinhado em cada uma das 3 direções (horizontal, vertical e em profundidade).
- d. A estrutura metálica de sustentação do painel deverá permitir expansão futura com aproveitamento da estrutura atual.
 - e. Na montagem do painel deverão estar incluídos os acabamentos laterais, superiores e inferiores, bem como os da parte traseira, caso se façam necessários.
 - f. Devem compor a solução quaisquer acessórios requeridos para o funcionamento pleno, tais como:
 - i. Cabos de áudio, vídeo e rede (CAT6);
 - ii. Cabos de alimentação elétrica;
 - iii. Conectores;
 - iv. Dutos para acomodação de cabos;
 - v. Bases de apoio;
 - vi. Abraçadeiras;
 - vii. Conversores;
 - viii. O acesso aos componentes internos de cada módulo deve ser facilitado. A retirada de um módulo não deve impedir o funcionamento do painel digital;
 - ix. A estrutura deverá ter capacidade de suportar carga mínima de 120kg.

2.3 - 2 (dois) Gerenciadores de imagens:

- a. O gerenciamento gráfico deverá ser capaz de gerir a totalidade do Vídeo Wall, de modo a permitir colocar qualquer janela em qualquer local do Vídeo Wall.
- b. Plataforma de Gerenciamento de imagem baseada em nodes interconectados entre si, com capacidade de redundância de operação, sendo que, em caso de falha do node principal, qualquer um dos nodes auxiliares entraria imediatamente em operação.
- c. Deverá ser possível ver no Vídeo Wall pelo menos 16 imagens simultâneas de vídeo em formato H.264 e 4CIF;
- d. A plataforma de gerenciamento gráfico em conjunto com o software de colaboração deverá ser capaz de capturar, processar e compartilhar dados, vídeo e áudio via TCP/IP.
- e. Deve possuir no mínimo 04 entradas de vídeo digital, 3.5mm estéreo áudio, e 04 saídas de vídeo digital;
- f. Deverá ser fornecido Software que permita a configuração, operação e gestão do sistema e do conteúdo mostrado no painel, via rede TCP/IP, com as seguintes características:
 - i. Permitir o compartilhamento de vídeo e de aplicativos em qualquer região do Vídeo Wall.
 - ii. Permitir compartilhamento de conteúdo com outros ambientes que possuem a mesma ferramenta.
 - iii. Permitir a exibição simultânea de múltiplos aplicativos via TCP/IP e/localmente.
 - iv. Exibir imagens de vídeo provenientes de servidores e workstations via TCP/IP.
 - v. Exibir, no mínimo, 16 imagens simultâneas de vídeo sobre IP H.264 com taxa de atualização de 30fps.
 - vi. Exibir imagens de vídeo provenientes de câmeras, DVDs, codificadores de televisão, aparelhos de videoconferência, etc. As imagens deverão ser livremente posicionáveis.

- vii. Possibilitar a entrada de, no mínimo, 02 fontes (decoders) de vídeo que deverão ser capturados via encoder, com vídeo streaming de até 20Mbps cada.
- viii. Deve permitir a administração e manutenção do próprio gerenciador.
- ix. Deve possuir capacidade de detecção automática das fontes de entrada.
- x. Deve permitir a criação de layouts de exibição pré-definidos, e posteriormente, gravação, edição e carregamento desses layouts de exibição.
- xi. Deve possuir software do tipo “KVM”, integrado, para controle remoto das estações de trabalho via Vídeo Wall.
- xii. Permitir busca e pré-visualização das fontes nas estações de operação.
- xiii. Disponibilidades de todas as fontes de vídeo em um ou mais Vídeo Walls simultaneamente.
- xiv. Captura de ambientes de trabalho ou aplicações de computadores inseridos na rede.
- xv. Trabalho colaborativo: partilha de conteúdos e layouts entre diferentes operadores e tela de projeção.
- xvi. Definição de permissões de operadores / grupo de operadores.
- xvii. Função avançada de backup e recuperação;
- xviii. O sistema de visualização deverá suportar os seguintes tipos de fontes:
 - 1. Captura de tela de servidores, workstations e aplicações Microsoft e Unix.
 - 2. Aplicações baseadas em Web, como páginas e portais.
 - 3. Streaming vídeo. Formatos: MPEG-2, MPEG4 e MPEG4 Part-10.
 - 4. HDCP e/ou H.264 de vídeo e áudio enviados pela rede TCP/IP.
 - 5. Formatos de vídeo oriundos de arquivos ou streaming, compatíveis com Microsoft Windows Media Player.
- g. Os sistemas computacionais devem ser fornecidos acompanhados de todos softwares e respectivas licenças, com direito de uso permanente, que sejam necessários à execução das tarefas e aplicativos descritos e/ou que sejam disponibilizados pela solução ofertada.
- h. Cabos e acessórios necessários para seu funcionamento.

2.4 - Serviço de instalação, configuração e programação da solução, com repasse tecnológico e manutenção corretiva - 36 meses

2.4.1 - Serviço de instalação, configuração e programação da solução:

- a) O vídeo wall deverá ser instalado física e logicamente, conectado ao controlador de vídeo wall e plenamente operante;
- b) Toda a programação do sistema deve ser efetuada pela CONTRATADA de acordo com as necessidades do TRE-PR;
- c) O Painel será instalado no formato 2x2 (monitores na horizontal), composto por 04 (quatro) monitores, formando um único painel milimetricamente ajustado, estabilizado e perfeitamente alinhado em cada uma das 3 (três) direções (horizontal, vertical e em profundidade);
- d) Deverão ser realizados os ajustes, calibrações e configurações necessárias para a uniformização das imagens do Vídeo Wall;
- e) Eventuais avarias ocorridas em forros, pinturas e paredes ocasionadas em razão da execução dos serviços, deverão ser reparadas;

- f) O painel será instalado na Sala de Reuniões da Corregedoria Regional Eleitoral, na SEDE do TRE-PR;
- g) Os materiais empregados devem ser de boa qualidade, obedecendo, quando pertinente, às respectivas Normas ABNT. Todo o cabeamento deverá permanecer oculto sempre que possível, correndo por dentro da infraestrutura para passagem disponível no piso e teto, além de canaletas e tubulações apropriadas no mobiliário, quando disponíveis;
- h) Obriga-se a empresa CONTRATADA a fornecer todo e qualquer acessório, mesmo que não previsto neste Termo de Referência, mas que se faça necessário ao correto funcionamento dos equipamentos, sistemas e funcionalidades exigidas.

2.4.2 - Repasse tecnológico:

- a) O repasse deverá ser ministrado em, no mínimo, 08 (oito) horas, em horário comercial, sendo limitado a quatro (quatro) horas diárias;
- b) O repasse deverá ser ministrado para, no mínimo, 06 (seis) participantes indicados pelo TRE-PR;
- c) O conteúdo do repasse deverá ser de natureza teórica e prática, e abrangerá todos os componentes de hardware e software da solução CONTRATADA;
- d) Durante o treinamento deverá ser entregue aos alunos apostila e apresentação do treinamento em formato digital.
- e) O Instrutor deverá ser certificado pelo fabricante do gerenciador de imagens. A comprovação deverá ser feita nos termos do item 10.1 do edital.
- f) A qualidade do repasse será avaliada pelos participantes ao final de sua realização e, caso sua qualidade seja considerada insuficiente, a CONTRATADA deverá reformular sua metodologia e providenciar realização de nova turma, até o alcance dos objetivos do repasse, sem ônus adicional para a contratante
- g) O repasse será realizado na sede do TRE em Curitiba-PR.

2.4.3 - Manutenção corretiva - 36 (trinta e seis) meses:

- a) O prazo de garantia dos itens do sistema completo é de 36 (trinta e seis) meses, os quais são contados a partir da data do Recebimento Definitivo.
- b) O serviço de manutenção da solução deverá ser prestado em Curitiba-PR.
- c) Durante a vigência da garantia de fábrica, prevista para os equipamentos fornecidos, a CONTRATADA prestará os serviços de manutenção corretiva, com fornecimento de peças novas e originais, sem ônus para o Tribunal.
- d) Entende-se por manutenção corretiva a série de procedimentos destinados a recolocar os equipamentos em seu perfeito estado de funcionamento, compreendendo, inclusive, substituições de peças, ajustes e reparos necessários, de acordo com os seus manuais e normas técnicas específicas.
- e) A manutenção corretiva deverá seguir as regras seguintes, referentes ao Chamado Técnico à CONTRATADA:
 - a. O atendimento referente à manutenção corretiva deverá ser efetuado por técnicos certificados para esta finalidade pelo fabricante do gerenciador de imagens (a comprovação será feita nos termos do item 10.2 do edital).
 - b. O atendimento técnico, referente à manutenção corretiva efetuada pela CONTRATADA, será iniciado a partir da comunicação formal do evento, por parte dos técnicos autorizados, através de telefone, e-mail ou outro meio informado.
 - c. A CONTRATADA deverá disponibilizar recursos para a abertura de solicitações de suporte técnico, conforme períodos, horários e condições definidas.
 - d. O servidor do Tribunal efetuará a abertura do chamado para atendimento

- técnico somente em dias úteis e no horário das 8h às 18h;
- e. Entende-se por “abertura do chamado para atendimento” a data e hora em que foi feito o acionamento da CONTRATADA, com o correspondente registro.
 - f. Entende-se por “conclusão do atendimento” o pleno restabelecimento da funcionalidade e do desempenho dos equipamentos, incluindo a troca de peças ou componentes e a execução de quaisquer procedimentos corretivos que se façam necessários.
 - g. A conclusão do atendimento será registrada.
 - h. Todas as despesas que se fizerem necessárias para o atendimento correrão por conta da CONTRATADA.
 - i. Os chamados técnicos serão atendidos em até 03 (três) dias úteis após a abertura do chamado.
 - j. Tempo máximo para a conclusão do atendimento: 07 (sete) dias úteis após início do atendimento, totalizando 10 (dez) dias úteis desde a abertura do chamado.
 - k. Na eventual substituição de monitores só serão aceitos equipamentos de mesma marca e modelo, e para os demais itens por equipamentos com especificações iguais ou superiores. Todos os equipamentos devem ser novos e de primeiro uso.

2.5 - Conforme o Art. 3º, inciso III do Decreto 7174/2010¹, caso o produto seja importado, a Contratada deverá apresentar, no momento da entrega, Guia de Recolhimento de Imposto de Importação sobre os produtos a serem fornecidos, mesmo que seja em nome do seu fornecedor, evitando assim, o fornecimento de produtos com entrada ilegal no país, sob pena de não recebimento do objeto, sem prejuízo das sanções cabíveis.

2.6 - Do recebimento do objeto:

2.6.1 - Recebimento provisório: será efetuado no momento da entrega dos equipamentos pela Seção de Logística de Material Permanente.

2.6.2 - Recebimento definitivo: será efetuado em, no máximo, 5 (cinco) dias úteis após a instalação. Será verificado se os equipamentos estão em conformidade com as especificações contidas neste Termo de Referência, pela equipe de planejamento da contratação, que será formada durante o processo de contratação da solução e, o gestor da contratação realizará o atestado definitivo com embasamento do aceite dos integrantes da contratação (quanto aos requisitos da solução a ser adquirida).

2.6.3 - Recebido o objeto, mas constatado qualquer defeito/irregularidade, a Contratada deverá providenciar a substituição no prazo de até 05 (cinco) dias corridos, contados do comunicado do TRE/PR, sem quaisquer ônus.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 - Da entrega:

3.1.1 - Dos prazos:

¹ Art. 3º, inciso III do Decreto 7.174/2010 - “Além dos requisitos dispostos na legislação vigente, nas aquisições de bens de informática e automação, o instrumento convocatório deverá conter, obrigatoriamente: III - exigência contratual de comprovação da origem dos bens importados oferecidos pelos licitantes e da quitação dos tributos de importação a eles referentes, que deve ser apresentada no momento da entrega do objeto...”

- a) Prazo para entrega da solução instalada: máximo de 30 (trinta) dias corridos após a assinatura do contrato.
- b) Prazo para execução do repasse tecnológico (treinamento): 60 (sessenta) dias úteis após a assinatura do contrato.

3.1.1 - Do local de entrega e instalação da solução:

3.1.1.1 - Entrega dos equipamentos:

- a) Os equipamentos deverão ser entregues à Seção de Logística de Material Permanente – SLMP do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, localizado em Curitiba, na Rua João Parolin, 224, bairro Prado Velho, em horário agendado pelo fone (41) 3330-8887, estando incluso no valor contratado quaisquer despesas com frete e demais impostos inerentes à contratação.
- b) A entrega deverá ser feita com anuência da referida Seção, em dias úteis – segunda a sexta-feira – no horário compreendido entre as 12 e as 19 horas, podendo também ocorrer, caso o TRE julgue necessário, em sábados, domingos e feriados.

3.1.1.2 - Instalação: a Solução de Vídeo Wall deverá ser instalada na Sala de Reuniões da Corregedoria Regional Eleitoral, localizada na Rua João Parolin, 224, Prado Velho, Curitiba-PR, mediante agendamento prévio pelo telefone (41) 3330-8634.

3.2 - Das demais obrigações da Contratada:

3.2.1 - A contratada deverá apresentar os produtos acondicionados conforme padrão do fabricante devendo garantir a proteção durante o transporte e estocagem, bem como constar a identificação do produto e demais informações que facilitem a identificação e manuseio dos mesmos.

3.2.2 - Os equipamentos deverão ser entregues em perfeito estado de funcionamento, sem marcas, amassados, arranhões e/ou outros problemas físicos

3.2.3 - É de responsabilidade da Contratada todos os encargos e despesas necessárias à perfeita execução/fornecimento do objeto, devendo este ser de primeira qualidade, obedecendo à garantia legal e às demais normas do Código de Defesa do Consumidor.

3.2.4 - A Contratada deverá disponibilizar um “portal de atendimento e/ou número de telefone com cobrança reversa em horário comercial (0800) pelo qual serão registradas as solicitações de serviço de suporte.

3.2.5 - Da sustentabilidade: em atendimento às determinações da SLTI/MPOG n. 01, de 2010, foram aplicadas às especificações técnicas dos equipamentos objeto deste item os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, que deverão ser **comprovados no momento da entrega da solução, através de documentos/certificações:**

- a) Exigência de índice de eficiência energética estabelecido pelo Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica, comprovado através da certificação EPEAT (qualquer categoria) ou certificado similar INMETRO;
- b) Exigência de monitores de vídeo compatíveis com padrões internacionais de

conservação de energia elétrica, comprovado através da certificação EPEAT (qualquer categoria) ou certificado similar INMETRO;

c) Nenhum dos equipamentos fornecidos poderá conter substâncias perigosas como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), sendo que para comprovação deverá ser fornecida certificação emitida por instituição credenciada pelo INMETRO, sendo aceito ainda, a comprovação deste requisito por intermédio da certificação EPEAT, desde que esta apresente explicitamente tal informação.

3.2.6 - A Contratada deverá manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

CLÁUSULA QUARTA: DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

4.1 - Os recursos serão destinados à contratação conforme abaixo:

Programa de Trabalho:;
Nota de Empenho:, emitida em;
Elemento de despesa:;
Categoria Econômica:;
Código Siasg: 27.111.

CLÁUSULA QUINTA: DA VIGÊNCIA

5.1 - O presente contrato vigorará pelo período de **40 (quarenta) meses**, a partir da data da assinatura, podendo ser rescindido antecipadamente a critério do CONTRATANTE, nos termos da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA: DO REAJUSTE

6.1 - Os preços não serão reajustáveis, tendo em vista tratar-se de contrato de garantia contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO PAGAMENTO

7.1 - O valor total a ser pago à CONTRATADA, pelo cumprimento do objeto deste contrato será de **R\$** (.....), conforme a seguir especificados:

Informar a marca do gerenciador de imagens:

Descrição	Quantidade	Preço Total (R\$)
Monitores de 55 polegadas	4	
Suporte para as telas de Vídeo Wall	1	
Gerenciadores de imagens	2	

Serviço de instalação, configuração e programação da solução, com repasse tecnológico e manutenção corretiva em garantia - 36 meses	1	
VALOR TOTAL		

7.2 - Do documento fiscal:

7.2.1 - O documento fiscal deverá atender os requisitos abaixo, podendo ser emitido na forma eletrônica - NOTA FISCAL ELETRÔNICA, nos termos da legislação vigente, devendo ser encaminhado ao gestor do contrato do TRE/PR por e-mail, em formato PDF ou emitido na forma física devendo ser encaminhado a Seção de Protocolo, localizada na Rua João Parolin, 224, 1º andar, Curitiba/Paraná.

7.2.1.1 - O CNPJ cadastrado no sistema comprasnet/documentos de habilitação, deverá ser o mesmo para efeito de emissão da nota fiscal/fatura para posterior pagamento.

7.2.1.2 - Caso a CONTRATADA não possa emitir a nota fiscal/fatura com o mesmo CNPJ habilitado na licitação, poderá fazê-lo através da eventual matriz ou filial da mesma empresa Contratada. Nesse caso, ambos os CNPJs (matriz ou filial) deverão estar com a documentação fiscal regular e atender obrigatoriamente os seguintes requisitos:

- CNPJ da CONTRATADA
- CNPJ do TRE-PR: 03.985.113/0001-81;
- Data de emissão da nota fiscal;
- Descritivo dos valores unitários e totais,
- Número do contrato
- Banco
- Agência
- Número da conta corrente (obrigatoriamente da própria CONTRATADA)

7.3 - Das condições do pagamento:

7.3.1 - O pagamento somente ocorrerá depois de atestado pelo gestor do contrato designado para esta finalidade. O atestado será realizado, obedecendo o prazo e formulário específico, conforme dispositivos legais deste TRE/PR.

7.3.2 - O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da CONTRATADA no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os seguintes prazos:

7.3.2.1 - Prazo para atestado da Nota fiscal: **até 05 (cinco) dias úteis** a partir do aceite da nota fiscal pelo gestor, a qual deverá ser enviada pela empresa somente após cumpridas todas as exigências contratuais.

7.3.2.1.1 - A Nota Fiscal/Fatura, após o atestado do gestor da contratação, será encaminhada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, para que se efetive o pagamento.

7.3.2.2 - Prazo para pagamento da Nota Fiscal: **até 20 (vinte) dias corridos** após o atestado da Nota fiscal pelo Gestor.

7.3.2.2.1 - Se o valor da nota fiscal for de até R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais), o prazo para pagamento será de **05 (cinco) dias úteis** após o atestado realizado pelo fiscal da contratação, conforme o disposto no art. 5º, § 3º da Lei nº 8.666/93.

7.3.3 - Será considerado como data do pagamento, o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.3.4 - O gestor da contratação do TRE/PR procederá à conferência dos requisitos da nota fiscal/fatura, que deverá estar de acordo com as descrições contidas na nota de empenho, bem como apresentar o mesmo número de CNPJ cadastrado, habilitado e constante nos documentos entregues, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, salvo na hipótese prevista no item 7.2.1.2.

7.3.4.1 - Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o TRE/PR.

7.3.5 - O TRE/PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão deste contrato e/ou anexo(s).

7.3.6 - DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA: Na ocorrência de eventual atraso de pagamento e, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto, serão devidos encargos moratórios pelo TRE/PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, mediante solicitação formal do interessado, que serão calculados por meio da aplicação da fórmula $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$ (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%)

$I = (6/100)/365$

7.4 - Da regularidade fiscal:

7.4.1 - Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do TRE/PR, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.

7.4.1.1 - A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do TRE/PR, visando à regularização.

7.4.1.1.1 - Permanecendo a inadimplência poderá haver rescisão contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste Contratos e/ou anexo(s).

7.4.2 - A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

- a) por meio de consulta on-line no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou;
- b) por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;
- c) por meio da apresentação de documentação, pela CONTRATADA, anexada ao documento fiscal.

7.4.2.1 - O resultado das consultas, de que trata as alíneas acima, serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

CLÁUSULA OITAVA: DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA

8.1 - Da substituição tributária:

8.1.1 - Serão feitas as retenções tributárias federais e municipais incidentes sobre a contratação, conforme artigo 64 da Lei nº 9.430/96, IN RFB 1234/12, IN RFB 971/09, LC nº 116/2003 e LC nº 123/06, conforme o objeto da contratação.

8.2 - Dos tributos federais:

8.2.1 - Será efetuada a retenção dos tributos federais aplicando-se, sobre o valor a ser pago, o percentual constante da Tabela de Retenção da IN RFB 1234/12.

8.2.2 - Quando a empresa for optante do Regime Simplificado Nacional (SIMPLES), não haverá a retenção de que trata o item acima.

8.2.3 - A nota fiscal, cuja empresa CONTRATADA seja Optante do SIMPLES, deverá estar acompanhada da Declaração, nos termos do caput do artigo 6º da IN RFB 1234/12 - anexo IV.

8.3 - Da retenção previdenciária:

8.3.1 - Quando o objeto da contratação contemplar cessão de mão de obra ou empreitada, poderá ocorrer a retenção do INSS prevista no artigo 112, sobre os serviços elencados nos artigos 117 e 118 da IN RFB 971/09.

8.4 - Da retenção do ISS:

8.4.1 - Sobre serviços, poderá ocorrer a retenção do ISS, quando o objeto da contratação se enquadrar no inciso II, do § 2º do art.6º da LC nº 116/03.

8.4.2 - Quando a empresa for optante do Regime Simplificado Nacional (SIMPLES), deverá destacar na nota fiscal de prestação de serviços a alíquota na qual está enquadrada, conforme os anexos III ou IV da Lei Complementar nº 123/06. Caso não haja o referido destaque, será considerada a alíquota máxima vigente, ou seja, 5% (cinco por cento).

8.5 - Quanto à incidência das retenções de tributos prevalecerá sempre a legislação vigente, mesmo que venham a contrariar as disposições acima, conforme sua incidência ou não sobre o objeto contratado.

8.6 - A atualização monetária e a multa, provenientes do atraso no recolhimento das obrigações tributárias e/ou previdenciárias serão descontadas do valor da Nota Fiscal/Fatura correspondente, quando a CONTRATADA lhes der causa.

8.6.1 - O não atendimento às especificações do documento fiscal, descritas na cláusula sétima, item 7.2, bem como a não comprovação da regularidade fiscal, prevista na cláusula sétima, item 7.4.1, darão causa ao previsto no item anterior.

CLÁUSULA NONA: DOS GESTORES DO CONTRATO

9.1 - O fornecimento será acompanhado pela Chefe do Gabinete da Corregedoria e seu substituto, que serão os gestores da contratação.

9.2 - Nos termos da Lei nº 8.666/93, art. 67, parágrafos 1º e 2º, caberá aos Gestores:

- a) Receber e atestar a nota fiscal referente à aquisição, encaminhando a fatura pertinente ao setor responsável pelo tombamento dos bens e, seguidamente, à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade do TRE/PR, para pagamento;
- b) Acompanhar o fornecimento de acordo com as condições contratadas, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados, sob pena de responsabilização administrativa;
- c) Comunicar à Contratada, fixando prazos para solucionar problemas, correções dos defeitos ou irregularidade encontradas na prestação dos serviços ora contratados
- d) Se a inexecução persistir, o gestor deverá criar um Processo Administrativo Digital (PAD) específico e encaminhá-lo à Secretaria de Gestão Administrativa, devidamente instruído com todas as informações pertinentes constantes de formulário específico, anexando-se cópia(s) do(s) e-mail(s) relativos ao item anterior (letra “b”), referente(s) à intenção de abertura de Processo Administrativo, com o respectivo comprovante de recebimento pela Contratada.
- e) Observar para que durante a vigência do contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como se são mantidas todas as condições de habilitação e de qualificação técnicas exigidas.
- f) Exigir que a Contratada, bem como substitua qualquer pessoa que seja considerada inconveniente ao trabalho.
- g) Informar à Contratada, bem como à Secretaria de Administração, quando houver interesse ou necessidade em se proceder à rescisão do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 - O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas no presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, de acordo com o capítulo IV, art. 87 da Lei nº 8666/93 e artigo 7º da lei nº 10520/2002:

10.2 - Poderão ser aplicadas ainda as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multas:

b.1) Multa de 1,0% (um por cento) ao dia sobre o valor contratado, pelo atraso no cumprimento ao prazo de entrega estipulado no presente instrumento, com limite de 10 (dez) dias. Após esse prazo, será considerado inadimplemento parcial, com multa de até 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, sem prejuízo de rescisão unilateral por parte da Administração.

b.2) Multa de até 5,0% (cinco por cento) sobre o valor total da contratação pelo inadimplemento a quaisquer outras obrigações pactuadas, e que venham a causar prejuízos o CONTRATANTE, independente do ressarcimento dos danos à Administração.

b.3) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, pela não prestação da garantia dos equipamentos e/ou serviços fornecidos dentro dos prazos previstos em contrato e/ou no Código de Defesa do Consumidor; ou pela ocorrência de quaisquer danos aos equipamentos, ocasionados por negligência ou imperícia dos profissionais, sem a reposição ou conserto imediato do bem pertinente;

b.4) Multa de até 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, pela não atendimento a qualquer chamado feito pelo CONTRATANTE para manutenção e correção de problemas ou pela inadimplência reiterada das obrigações pactuadas.

b.5) Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor contratual, pelo inadimplemento

total do contrato;

10.3 - Impedimento de licitar e contratar com a União, conforme previsto no art.7º da Lei nº 10.520/2002, bem como o descredenciamento do SICAF, ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, conforme a gravidade do inadimplemento da obrigação e prejuízos ocasionados, quando a empresa, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

10.4 - A sanção de impedimento de licitar e contratar, prevista no item 10.3, poderá ser aplicada, cumulativamente ou não, com a pena de multa.

10.5 - No caso de aplicação de multa determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa à CONTRATADA, esta deverá recolher à União o valor imputado por meio de GRU.

10.6 - As multas imputadas à Contratada cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Fazenda e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo IGP-M ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO DO CONTRATO

11.1 - Ficará o presente contrato rescindido, a juízo da administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos casos elencados nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

11.2 - Será também causa de rescisão se a Contratada alocar funcionários, para o desempenho dos serviços, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento de membros ou juízes vinculados a este Tribunal, contrariando o artigo 3º da Resolução nº 07, de 18/10/2005, com redação dada pela Resolução nº 09, de 06/12/05, ambas do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS CASOS OMISSOS

12.1 - Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/99, no Código de Defesa do Consumidor e demais normas e princípios gerais aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO FORO

13.1 - Fica eleito o Foro de Curitiba-PR para dirimir as divergências oriundas do presente contrato.

13.2 - E, por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente em 02 (duas)

vias de igual teor e forma.

Curitiba, de de 2020.

.....
Representante Legal
P/ CONTRATADA

Valcir Mombach
Diretor-Geral - TRE/PR.
P/ CONTRATANTE